

# MICROSCÓPIO

Ignoro se já foi completamente resolvido o incidente surgido entre o presidente Roosevelt e o Congresso. Mas, qualquer que seja o seu desfecho, é evidente a significação profunda do caso. Trata-se de um episódio característico do sistema governativo norte-americano.

Enormes são, com efeito, as prerrogativas expressamente concedidas pelo regime ao presidente da República. Diante daquela grande soma de poderes, amesquinham-se as faculdades dos monarcas constitucionais da velha Europa. E, na presente situação, as necessidades da guerra e as sucessivas reeleições ainda mais agravaram o fenómeno. Roosevelt, cujo idealismo não creio se possa pôr em dúvida, mas cujo protótipo não é precisamente Washington, Roosevelt gosta do poder e emprega todas as habilidades para o conservar e engrandecer. É quasi um ditador, mas um ditador que recebeu um mandato em plena forma, que lhe tem sido regularmente renovado pelos cidadãos, um ditador, em suma, sujeito aos preceitos da Constituição, às leis do Congresso e aos arestos da Suprema Corte.

Sendo um quasi ditador, não admira tenha ele procedido de maneira intempestiva, por causa de uma deliberação do Congresso que o contrariava. Nenhum poder que se expande sofre de bom grado limitações.

Mas não se fez esperar a reacção na imprensa e no seio do Congresso. O próprio "leader" da maioria resignou o cargo, depois de haver ásperamente atacado o seu velho amigo e companheiro.

Esta é justamente a diferença entre o mecanismo político criado pelos norte-americanos e as suas malfauçadas imitações usadas no resto do Continente. Lá, os defeitos do mecanismo representativo, verdadeiramente grosseiro quando comparado com a perfeição e sensibilidade do sistema parlamentar, são corrigidos pelo forte carácter dos cidadãos e pela acção tutelar da justiça: cá, bem sabemos que pouco se pode opor aos defeitos intrinsecos do sistema e vivem as nações num crónico despotismo, exacerbado, de vez em quando, por surtos agudos.